

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL
BRACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

REDENÇÃO, A MÁSCARA DA LIBERDADE:

**As motivações étnico-raciais para o afastamento do estudante
guineense das regiões centrais da cidade**

FRANCISCA ERILENE SAMPAIO ARAUJO

**REDENÇÃO-CE
2017**

FRANCISCA ERILENE SAMPAIO ARAUJO

REDENÇÃO, A MÁSCARA DA LIBERDADE:

**As motivações étnico-raciais para o afastamento do estudante
guineense das regiões centrais da cidade**

**Projeto de Pesquisa como Trabalho de
Conclusão de Curso apresentado na
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira como requisito
básico para a conclusão do Curso de
Bacharelado Interdisciplinar em
Humanidades.**

**Orientador:
Prof. Dr. Lourenço Cardoso**

**REDENÇÃO
2017**

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. JUSTIFICATIVA**
- 3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO**
- 4. OBJETIVO GERAL**
- 5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**
- 6. HIPÓTESES**
- 7. REFERENCIAL TEÓRICO**
- 8. METODOLOGIA**
- 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 10. REFERÊNCIAS**

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica social da cidade de Redenção começa a tomar novos rumos após a implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, a vinda de estudantes de outras localidades produziram novos ressignificados aos espaços urbanos. Trazer para o centro da cidade a figura do Africano (Xenofobia), do Transgênero, do Feminismo, do Antirracismo, é romper com a hegemonia dos preconceitos potencializados por atos e ações.

O racismo baseia-se na ideologia de superioridade racial, onde suas hierarquizações perpetuam as relações humanas durante muitos momentos históricos, como colonialismo, nazismo, apartheid, entre outros, por isso a necessidade e importância de debater este tema.

O objetivo deste trabalho é refletir como se deu a ocupação do centro da cidade de Redenção com a chegada da UNILAB, e o conflito potencializado de quem deve fixar moradia no centro da cidade. A dinâmica que se baseia na narrativa do mito da cidade da liberdade, que se orgulha do ato de ser a primeira a abolir a escravidão, e por assim contar a história oficial é justificada com a ausência do racismo.

Neste trabalho partimos da hipótese de que muitos estudantes guineenses foram morar distante do Centro de Redenção em virtude de serem rejeitados por causa de um racismo estrutural. Logo, eles são negros e africanos razão para que muitos moradores não queiram por perto mesmo pagando o aluguel. Isto quebra com o mito de Redenção como Terra da Liberdade que reforça a ideia de que não existe racismo no Brasil, muito menos nesta cidade onde foi instalada a matriz da Unilab.

Os estudantes que iremos pesquisar são os guineenses, no entanto, partimos do pressuposto que outros estudantes africanos enfrentam situação semelhante. Porém, neste momento nos restringiremos aos guineenses que são aqueles que depois dos brasileiros são os discentes mais numerosos na Unilab.

O texto que se apresenta acaba por rediscutir o processo de abolição no Ceará, produzindo ligações entre história e memória na construção de ideais de identidade e pertencimento, pois o passado contado contribui nas marcas do presente e o presente se modifica a partir de como olhamos o passado, problematizando o processo da Abolição

em Redenção, da conjuntura do escravismo, a dinâmica de expropriação de força de trabalho que passou a ressignificar social e culturalmente as pessoas, e as consequências resultantes em frequentes e “nem tão sutis” formas de preconceito representadas no cotidiano da população redencionista.

A partir das ambivalências contidas nas relações de trabalho com o exercício de um domínio senhorial, busco refletir sobre como a comunidade negra tem sido inserida na dinâmica Cearense, desde a escravização aos dias atuais, pelos processos de resistências e de sobrevivência, pela denuncia do discurso abolicionista “Ceará Terra da Luz”, que constata com essa afirmação que o negro no Ceará foi abolido assim com a escravização, em afirmações do tipo que “no Ceará não há negros”.

Ao analisarmos o passado, em específico o recorte temporal na segunda metade de 1800, tendemos as influências construídas pelas interpretações históricas, as lutas por “emancipação humanitária” forjada pelas elites cearenses que construiu uma memória de “Ceará livre”. Nos diversos espaços públicos da cidade de Redenção são inúmeros os monumentos que narram às histórias oficiais libertarias da Sociedade Libertadora Cearense, assim como nos demais espaços de preservação histórica do Estado do Ceará que reforçam a legitimidade do pioneirismo “humanitário” que libertou o Ceará da escravidão, como coerentemente fala Le Goff (2003, p.525) *“o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa”*. Essas imagens que compõem os espaços urbanos de Redenção retratam a bondade dos abolicionistas que “com coragem” e “em busca do bem estar social dos escravizados” lutaram pelo fim do sistema escravista, essa análise conjuntural histórica torna-se importante para compreender os aspectos das conjunturas atuais.

E depois, para onde foram os ex-escravizados? A memória da escravidão se entrelaça com a atualidade, no momento em que nega a existência do negro no Ceará, fazendo a ligação entre “uma escravidão fraca”, comparando com as zonas cafeeiras, e por ter se tornado o pioneiro abolicionista, o Estado do Ceará usufrui da condição de não mais existir negros em solo cearense.

A ideologia colonial estruturou o racismo e suas especificidades, sua construção indenitária com o branqueamento dos sujeitos, negando a identidade negra e inviabilizando suas contribuições para identidade regional, reproduzindo discursos de não identificação com África, coexistindo um sentimento de pertencimento colonial circulando na sociedade tão forte que às vezes não discernimos, e nem nos enxergamos em nossas raízes africanas. Por tanto, dentre as diferentes faces do racismo, procuraremos perceber a construção histórica do racismo em Redenção, bem como, suas especificidades se reproduzem nas vivências após a chegada da UNILAB.

2. JUSTIFICATIVA

A atual cidade de Redenção, antes conhecida como Acarape, entrou para história como a primeira a libertar seus escravizados, um importante acontecimento para os abolicionistas que tinham como interesse particular elevar a “um nível europeu de civilização” a região do hoje Estado do Ceará. Apesar desses diversos discursos oficiais e uma elite apegada ao movimento ocidental, que renega o papel do negro ao longo de toda a formação do estado e contributo histórico e cultural da comunidade afrodescendente, é pertinente destacar que negros e negras representam grande parte do processo de formação e da identidade da sociedade Cearense.

A história do Ceará é marcado pela contribuição negra, que mais que uma reivindicação, é um processo político mediado pelos movimentos negros que buscam a valorização de sua contribuição ao longo do processo de formação da histórica. Pensar na formação identitária do estado, é pensar a relação direta do processo de inserção da população africana e posteriormente afrodescendente que juntamente com os índios, passaram a compor a formação social e cultural do Ceará.

A UNILAB favorece a atual diáspora africana nos Estado do Ceará e Bahia, em especial Redenção, a vinda de estudantes das mais variadas nacionalidades modificou a dinâmica da cidade. Esta pesquisa objetiva discutir o imaginário da cidade de Redenção como cidade libertadora e como se reescreve o imaginário local após a chegada da UNILAB, compreendendo quais os motivos que levam os estudantes guineenses a domiciliar-se na cidade de Acarape e quais as dificuldades encontradas na busca por moradias nas regiões próximas aos campi.

Analisando alguns aspectos da escravização na região do Ceará, na tentativa de compreender as formas de resistências na segunda metade do século XIX, busco compreender a construção histórica das contradições estruturadas da dinâmica da cidade de Redenção. Dentro deste contexto histórico construído ao longo dos séculos, o centro da cidade de Redenção, com seus monumentos históricos que marcam o pioneirismo na abolição da escravidão, hoje após a chegada da UNILAB, alunos, professores e técnicos de diferentes locais do mundo passam a compor essa nova estrutura social.

3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

Considerando o processo de emancipação na historiografia do Ceará, em específico a cidade de Redenção, o negro nesse aspecto construiu uma história e desempenhou importantes contribuições que caracterizam o estado diverso, plural e rico da cultura e contributo africano e afro-brasileiro no que tange as diversas práticas sociais e culturais que formam o povo Cearense.

A UNILAB exerce suas atividades administrativas e acadêmicas nos Estados do Ceará: no Campus da Liberdade localizado no centro da cidade de Redenção e no Campus das Auroras, também em Redenção e no Campus dos Palmares no município de Acarape; e da Bahia o Campus dos Malês no município de São Francisco do Conde. Segundo os dados de outubro de 2017, da Diretoria de Registros e Controle Acadêmico – DRCA, a instituição possui um quantitativo geral de 6.803 estudantes, sendo destes 3.995 dos cursos de graduação presencial, divididos nas respectivas nacionalidades: Brasil: 2.964; Angola: 151; Cabo Verde: 91; Guiné-Bissau: 622; Moçambique: 32; São Tomé e Príncipe: 84; Timor Leste: 51.

O critério de escolha por estudantes guineenses se deu pelo fato de que dentre os estudantes de nacionalidades africanas residentes na cidade de Acarape os guineenses estão em maior número, haja vista que eles também compõem o maior número de estudantes da UNILAB vindos de outros países. É pertinente destacar que a busca por residências nas proximidades da Universidade é um dos critérios de escolha por moradias estudantis, porém, muitos estudantes, das várias nacionalidades, estão locando imóveis em cidades vizinhas de Redenção.

Após a instalação da UNILAB, e o crescente número de moradores da cidade de Redenção, muitos estudantes tem se deslocado para cidades vizinhas em busca de moradia. A procura por hospedagem é grande, e por conta da alta demanda os preços dos alugueis tendem a subir na mesma proporção. Diante da alta procura, é comum ouvir nos discursos dos locatários de imóveis a não pré-disposição em alugar seus imóveis para africanos, dando conta de que esses são muito festivos e os mesmo provocariam o fim da “boa ordem pública”.

Como foi dito, proponho refletir neste trabalho como se deu a ocupação do centro da cidade de Redenção com a chegada da UNILAB, e o conflito potencializado de quem deve fixar moradia no centro da cidade. A dinâmica que se baseia na narrativa do mito da cidade da liberdade, que se orgulha do ato de ser a primeira a abolir a escravidão, e de por assim contar a historia oficial é justificada com a ausência do racismo.

Em conversas com moradores e pessoas que residiam em Redenção antes da chegada da UNILAB, é fácil encontrar relatos e ouvir historias de discriminação dos moradores do centro da cidade de Redenção frente aos moradores da região serrana. Entendo que essas relações possuem raízes historicamente construídas com a “emancipação humanitária”, produzidas pelas Sociedades Cearenses Libertadoras, que contam a historia oficial da cidade.

De acordo com Munanga (2000, p.11), para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de raças hierarquizadas dentro da espécie humana, de outro modo, *“para que o pensamento de uma pessoa seja racista, basta que ela acredite que existe raça superior e inferior”*. A partir do momento que moradores da região central da cidade colocam-se em condições de superioridade aos moradores da região serrana, criam categorias de dominação dos espaços urbanos. O instrumento de poder simbólico construído historicamente pelo sistema colonial e abolicionista produziu no centro da cidade de Redenção representações de simbolismos de dominação que discriminam e inferiorizam os moradores da região serrana. Assim, dentro da narrativa do velho mito da democracia racial, a chegada dos estudantes africanos quebra com a hegemonia do colonizador branco, que não existem conflitos e nem tão pouco negros. O mito da cidade da liberdade, com a roupagem do mito da democracia racial, criam narrativas que a cidade não possui racismo, pois aqui não há negros, apenas pessoas “mais escuras”. Estes instrumentos de poder pré-estabelecidos acima sofrem um choque após a chegada da

UNILAB, pois a segunda chegada dos negros a cidade coloca em dúvida a Redenção como “Terra da Liberdade”.

4. OBJETIVOS

4.1 GERAL

- Investigar as razões que levou os estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) optarem por domiciliar-se na cidade de Acarape e em outros lugares mais distantes da Matriz da Unilab. Procuraremos motivos para além da explicação econômica (aluguéis mais baratos).

4.2 ESPECÍFICOS

- Discutir o imaginário da cidade de Redenção como cidade libertadora e como se reescreve o imaginário local após a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.
- Discutir como se opera o mito da democracia racial na cidade de Redenção e Acarape, isto é, a ideia de que não existe racismo.

5. HIPÓTESE

O fato de muitos estudantes guineenses estarem procurando moradia nas cidades vizinhas não se explica apenas por motivos econômicos (alugueis mais baixos), mas por uma prática de exclusão racial a fim de manter a hegemonia racial histórica da cidade que procura se enxergar como não negra.

6. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Iniciando a reflexão deste trabalho, é interessante aprofundar uma reflexão histórica sobre o processo de escravização que passou a ser institucionalizada em solo brasileiro. Nesse sentido, diversos autores e autoras como Albuquerque (2006), Marquese (2005), Costa (2008), Ribeiro e filha (2009), etc. discorrem um panorama do processo de

escravização no Brasil. É interessante ressaltar o que Costa (2008) apresenta, descrevendo que a escravidão no Brasil passa a tomar forma por volta de 1530, por meio do sistema de monocultura, especialmente a produção de cana de açúcar, e os índios nesse espaço ainda eram bastante utilizados a fim de mão de obra escrava. Nesse recorte Albuquerque (2006) destaca:

Mas antes de investir maciçamente no tráfico africano, os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 41)

Os jesuítas tiveram um papel central justificando como pouca disposição dos indígenas para o trabalho, passando a evidenciar a pressão para acabar com o sistema de escravidão por parte dos índios, e por conta da resistência. Outros fatores passaram a decodificar a substituição dos índios como escravos no sistema colônia sendo “*As epidemias que dizimaram grande número dos que trabalhavam nos engenhos ou que viviam em aldeamentos organizados pelos jesuítas. A fuga dos índios para o interior do território provocou aumento dos custos de captura*”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 41)

Na década seguinte, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coíbiavam de forma parcial a escravização de índios. Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista definitiva de Angola em fins do século XVI. (MARQUESE, 2005, p. 111)

É interessante destacar que os índios assim como os africanos passaram gerir o sistema colonial no Brasil e em África, respectivamente. Conforme Graham ressalta “*O Brasil importou mais escravos da África que qualquer outro país, e a escravidão persistiu ali até 1888, isto é, muito tempo depois de ter sido abolida no resto da América.*” (GRAHAM, 2002, p. 121). A construção do Brasil, enquanto colônia dependente de Portugal, a partir das leituras de Costa (2008) compreende-se que a formação da escravidão brasileira, passa a se institucionalizar tanto por meio da igreja, no papel dos jesuítas em cristianizar as populações já existentes, quanto por meio da estrutura social que passara a articular o sistema de mão e obra escrava como meio de produção de mercadorias tanto pra importação como para a exportação. Nesse sentido, Marquese (2005) reitera:

Cabem aqui algumas palavras sobre o papel que o tráfico transatlântico de africanos desempenhou no deslanche da produção açucareira brasileira. A mão-de-obra empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foi predominantemente indígena. Uma parte dos índios era submetida à escravidão. Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI; seu emprego nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas. Por esse motivo, eram bem mais caros que os indígenas: um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio. (MARQUESE, 2005, p. 111).

É interessante destacar que os africanos e os índios no Brasil passaram a ser força propulsora do desenvolvimento da produção e da exploração de novos territórios que compõe o Brasil. Conforme Fausto (1995), o Brasil passou a ser um grande incidente de ocupação de africanos, essa escravização se deu num ritmo sequencial conforme se extinguiu a escravização de índios, a carência de escravos africanos se faziam notória, e nesse contexto o tráfico de africanos pelo atlântico se deu num ritmo desordenado. Conforme o autor: “*Os africanos foram trazidos do chamado continente negro para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito.*” (FAUSTO, 1995, p.51). Conforme Barroso (1988) expõe:

O Brasil, em razão de sua dimensão e da ausência de preocupação com a reprodução biológica dos negros, foi o maior importador de escravos das Américas. Estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teriam vindo em torno de 3.650.000. (BARROSO, 1988, p. 9).

Com essa exposição, é percebido que no contexto expresso pela inserção de africanos no intuito de serem escravizados em Brasil, o que é colocado em questão agora é a presença de negros que passaram a compor parte da sociedade brasileira. A escravidão foi à mola propulsora de riquezas para a elite portuguesa, de modo que conforme Albuquerque (2006) sugere a reflexão, para os colonizadores portugueses a exploração e o tráfico negreiro de africanos foram medidas encontradas “... *para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo*” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 39). Substituindo o nativo brasileiro, os africanos passaram a serem utilizados para as mais diversas funções no sistema escravista no Brasil. Conforme Barroso (1988) expressa:

Os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Os negros do campo cultivavam para a exportação — atividade que dava sentido à colonização — a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos metais preciosos. Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de

construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, etc. (BARROSO, 1988, p. 9-10).

Pensar o tráfico de escravizados para o Brasil coloca-nos a refletir que esse processo de escravização expressa bem o caráter maleável do sistema colonial, que só visava a rentabilidade econômica, em conformidade com o que diz Albuquerque (2006), “o tráfico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades ultramarinas iniciadas com os “descobrimientos” para se transformar no negócio mais lucrativo do Atlântico Sul”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 41)

Conforme ressalta a autora, entre os séculos XVI e meados do século XIX, precedentes de 11 milhões de africanos, incluindo homens, mulheres, crianças foram trasladados para as Américas, e nesse contexto, a autora salienta que os números não são precisos, mas levando em consideração os africanos que não suportavam a travessia atlântica e que não conseguiam sobreviver esse processo de tráfico, 4 milhões de africanos escravizados chegaram em portos pelo Brasil.

Mediante a institucionalização da escravidão no Brasil, e o processo do tráfico de africanos a serem explorados em solo brasileiro, o que pode-se perceber conforme Albuquerque (2006) ressalta é que Brasil e África passaram a compor uma história direta frente ao processo de colonização, conforme a autora salienta: “*nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África.*” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 39).

É interessante refletir como o Ceará passa a ser construído mediante o processo de povoamento dos territórios, e nesse contexto é interessante analisar como a escravidão compõe os espaços cearenses e suas conjunturas sociais, nesse contexto é cabível a reflexão sobre como a escravidão passa a ser inserida e ser ancorada dentro do Estado que é considerado o pioneiro a libertar a seus escravizados, tendo um grande percurso na ruptura do sistema escravista brasileiro, sendo conclamado pelo jornalista e ativista político da causa abolicionista, José do Patrocínio, como “terra da luz”.

Nesse contexto, o Ceará passa a ser desbravado em 1603 por Pedro Coelho de Souza ao construir o forte de São Tiago. Nessa abordagem, conforme Silva (1987) nos permite refletir, já em 1612 Martins Soares Moreno passa a ser o agente que criaria a província do Ceará, evidenciando assim o Forte de São Sebastião, sob as ruínas do antigo Forte de São Tiago. Conforme suscita a reflexão Silva (1987), foi Martins Soares Moreno

o personagem central da colonização e do combate à entrada de franceses e holandeses na província cearense.

De modo que o Português teve um papel fundante no processo de consolidação portuguesa na instauração da província do Ceará. Nesse sentido, conforme Girão (1984) salienta, o Português Álvaro de Azevedo Barreto foi o responsável pela expulsão efetiva dos holandeses nos territórios cearenses, de modo que os holandeses já haviam retornado em 1649 e construindo um forte às margens do Rio Pagéu. Esse forte construído por os holandeses passaram por uma modificação a partir da companhia do Português Álvaro de Azevedo Barreto e passou ser chamando de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. A partir da expulsão dos holandeses do domínio da província do Ceará, o território Cearense estava sob a preeminência da colônia portuguesa.

É interessante salientar com base em Silva (1987, p. 141), que a ocupação da província Cearense ocorreu de modo tardio, tendo em vista outras regiões açucareiras no Brasil. Mediante a questões climáticas e a própria rentabilidade econômica por parte dos colonos que nesse período estavam a ocupar a província Cearense, a questão escravista se restringiam a somente os considerados “negros da terra”, que eram os índios que desde antes da descoberta por parte dos portugueses compunham a região, estes índios passaram a ser por um longo período escravizados. Nesse contexto, Assunção argumenta também:

No Ceará, mais especialmente em Fortaleza e entorno, portanto, havia uma economia escravista predominantemente de “pequena propriedade”. Possuiu, majoritariamente, menores concentrações de escravos por propriedade se comparada à economia açucareira do Recôncavo baiano, por exemplo. (ASSUNÇÃO, 2009, p. 19)

No contexto expresso a partir da autora, é interessante destacar que em meados do século XVIII houve entradas esporádicas de escravos na província Cearense, sendo que conforme expressa Silva (1987, p. 145) a partir do século XIX com a produção gradativa do algodão para exportação, o Ceará passa a compor parte de um aumento significativo de sua população escrava.

Segundo Girão (1984), os escravizados africanos que vieram para o Ceará eram provenientes dos portos de Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, pois o Ceará não compunha o tráfico diretamente com o porto de tráfico africano. Contudo, o que se percebe é que o Ceará tendo seu porto passou a ser o espaço de comercialização de africanos vindos de África e sendo distribuídos nas demais regiões do Brasil. Conforme salienta Assunção (2009):

Esses africanos provavelmente chegavam ao Ceará em embarcações capitaneadas pelos portugueses que atuavam no tráfico, ou através de seus intermediários que abasteciam os escravos para a região norte do Brasil ou para portos importantes situados em províncias como Pernambuco e Bahia. Os africanos podem também ter percorrido um outro caminho, ou seja, podem ter sido reexportados para o Ceará por intermédio da rede do tráfico interno. É muito provável que em torno da década de 1830-40, com a ilegalidade do tráfico de africanos e a conseqüente alta dos preços de escravos e, mesmo, pela própria dificuldade de administrar os deslocamentos de africanos na clandestinidade que podia contar com intermediários desse comércio na província, cessa para o Ceará a importação de cativos. Entretanto, os que foram importados da África vieram, provavelmente, ainda no período de domínio dos portugueses. (ASSUNÇÃO, 2009, p. 35)

Graham (2002) descreve que a seca de 1870 evidenciou diversas implicações no que diz respeito a província Cearense. Tendo em vista a produção de algodão e por alguns períodos a produção de cana de açúcar, em todo o nordeste a seca era um fator que por vezes influenciava na dinâmica do sistema colonial em Brasil. Nesse sentido o autor argumenta que:

É verdade, todavia, que no final dos anos 1870 uma terrível seca assolou o interior de algumas províncias nordestinas, produzindo tanto uma avalanche de imigrantes livres para a zona açucareira costeira em busca de emprego quanto uma verdadeira liquidação no preço dos escravos das regiões secas. A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província exceto o Rio Grande do Sul. (GRAHAM, 2002: 131-132).

No Ceará o sistema escravista foi caracterizado como todos os relatos comuns do sistema escravista brasileiro, de maneira que conforme Moura (2004) em seu escrito salienta, o sistema escravista brasileiro foi destacado por grandes formas de fugas e por rebeliões organizadas pelos escravizados a fim de romperem com o sistema de domínio por parte dos senhores de engenho e por conta dos maus-tratos que sofriam ao longo da jornada de trabalho e das péssimas condições de vida a qual passavam, tanto no tráfico, como na rotina da vida escravista, quanto no processo mercantil. Farias (1997) salienta que era mediante o nascimento dos escravizados aqui em Ceará que eram mantidos todo o sistema escravista Cearense.

Entende-se que as fugas dos escravizados eram parte de toda a conjuntura que se dava o escravismo no Estado, de maneira que a elite e os senhores de terra tinham bastante medo das possíveis revoltas e por ser um sistema escravista que era mediado pela articulação entre os senhores e os escravizados, as fugas eram o limite da relação entre estes dois. Sobre as fugas no Ceará, Funes (2000) pondera:

E porque fugiam? Bastaria dizer: Porque eram escravos. Mas há uma série de razões decorrentes dessa condição, que levaram os cativos a empreender fugas. Era o “lado mau” dos senhores, materializado nos atos de violência, fosse nos castigos físicos, na venda indesejada, nos maus-tratos alimentares ou em outras formas de punição menos explícitas. Era aí que se encontrava a justificativa para a fuga. Aliás, eram essas também as razões que mais sensibilizavam as autoridades nos casos de captura. A violência contra os escravos pode ser detectada nos anúncios de fugas encontrados nos jornais, destacando marcas evidentes nos seus corpos. (FUNES, 2000, p. 125)

Cabe salientar, que no estado do Ceará, mesmo com a pouca demanda, por conta de vários fatores, como clima e a relação produtiva se comparada a outros estados, a quantidade de fugas e revoltas foram expressivas, de modo que nos anúncios de jornais da época, e nos diversos registros, os negros passaram a desempenhar também grande resistência no processo de fugas como símbolo de resistência.

Com o surgimento de movimentos contra a escravidão, grupos de pessoas se organizavam a fim de debater e reivindicar da forma que podiam dada as condições da época, pela liberdade dos escravizados. Pode-se, definir estes grupos de pessoas, como as primeiras fissuras de um sistema escravista vedado. Ribeiro; Filha (2009) em seus relatos denotam:

Podemos dizer que não só a sociedade cearense, mais que houve um movimento abolicionista no Brasil, principalmente depois que os soldados brasileiros voltaram da Guerra do Paraguai. Com isso, a resistência dos negros aumentou e conseqüentemente as fugas, auxiliando para o fim da escravidão.(RIBEIRO, FILHA, 2009, p. 2)

A fuga proporcionava a estes, uma conjuntura de vida em que torturas eram uma realidade distante, haja vista a constituição de estruturas em que a resistência era o pilar central que garantia a ausência do sofrimento vivenciado na casa grande. Nascimento (1980) evidencia em seus relatos o conceito da estrutura erguida no processo de fuga dos escravizados:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio- econômico- política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p.32)

Portanto os negros escravizados possuem uma bagagem histórica que vai além das correntes que os torturavam no período escravista. Sua experiência histórica e cultural se postula na luta pela igualdade, por condições de trabalho e de sobrevivência numa

sociedade em que o preconceito racial e cultural se apresentava de forma considerável e cruel. Assim evidencia Funes (2000) em seus estudos quando afirma:

Uma questão é certa: Os negros escravos e libertos tem uma historicidade que não pode ser percebida de forma dicotomizada e muito menos analisada entre o conformismo e a resistência. Há toda uma experiência social construída historicamente pela etnia negra (“pretos, pardos e mulatos”), marcas visíveis de sua sociabilidade, de seu engajamento no mundo do trabalho, de suas práticas culturais e de lutas contra a discriminação e o preconceito. (FUNES, 2000, p. 102-103).

Marques (2008) afirma que havia na época a associação de festas populares à baderna e à desordem, bem como o preconceito contra práticas de raízes africanas (congos, sambas, bumba meu boi), o que permitiu e motivaram a iniciativa pessoal de alguns chefes de polícia à reprimirem tais manifestações, vale ressaltar que essas repressões eram na maioria das vezes pressionadas por parte da elite local. Refletindo sobre as articulações frente o movimento abolicionista Cearense, Marques (2008) em seu escrito destaca:

O movimento abolicionista cearense tomou corpo principalmente nas décadas de 1870 e 1880 e, aos olhos de uma “elite” política e intelectual, constituía-se num dos episódios mais importantes daqueles fins do século XIX, período em que o país passava por importante transição social e política, marcada pela extinção do trabalho escravo e culminada com a mudança na forma de governo de Monarquia para República. (MARQUES, 2008, p. 29)

A partir da autora, cabe destacar que desde 1970, o Ceará passou a desempenhar notoriedade mediante as articulações de grupos abolicionistas que passaram a propor frente ao fim do trabalho escravo no estado. De maneira que seja a primeira sociedade libertadora do Ceará em Baturité em 25 de maio de 1870, a sociedade manumissora em Sobral em 25 de junho de 1870, e a sociedade abolicionista “perseverança e Porvir” em 1879, o Ceará desempenhou algumas frentes abolicionistas que já esboçavam o fim do sistema escravista, de maneira que dentre estes e outros movimentos, divergiam ideias e intenções quanto a relação do processo que se daria o fim do trabalho escravo e quanto a sua estruturação (MARQUES, 2008, 30). O pertinente a expor, é que no Ceará algumas frentes abolicionistas se colocavam dentro da perspectiva do trabalho escravo visto como um impasse mediante a própria lógica em que se encontrava o estado, estando prestes a transformar-se e inserir-se numa transformação social e política baseada no Ocidente. Nesse sentido, Martins (2011) salienta em seu escrito em que:

A recepção e sucesso do movimento abolicionista no Ceará explica-se assim por motivos principalmente econômicos e não humanitários conforme os abolicionistas fizeram saber sobre si. Não seria mera coincidência o fato de que a maior sociedade abolicionista do Ceará, a Sociedade Cearense Libertadora,

surgida justamente em 8 de dezembro de 1880, tenha nascido de uma associação comercial, a Perseverança e Porvir. (MARTINS, 2011, p. 3).

Um dado importante, é que um panorama de destaque de articulações que propunham o fim do sistema escravista no Ceará, foi a Sociedade Cearense Libertadora, originada em 8 de Dezembro de 1882, de maneira que essa frente de articulação abolicionista situada em Fortaleza, tinha um principal meio de divulgação dos ideais que foi o Jornal “Libertador”, fundado em 1881. (Marques, 2008, p. 29). Com esse meio e divulgação, tanto os discursos, quanto todo o processo de libertação dos escravizados que passaram a ser estabelecidos ao longo dos anos seguintes, passaram a ser propagados junto ao jornal, de maneira que conforme Marques (2008) salienta, o processo de transição do sistema escravista para o modelo de trabalho livre, o que era propagado também era posicionamentos políticos que passaram a ser rivalizados, e o jornal era um meio bastante direto de propagar as ideologias e intenções desse movimento abolicionista. Enquanto outras formas de movimentos propunham um processo lento, gradual do sistema de escravização, a Sociedade Cearense Libertadora propunha uma ruptura total com o sistema.

Junto a essas articulações, o que era percebido era conflitos que acabavam por cada vez mais atenuar a relação do sistema escravista, não considerando a relação da situação do negro nesse processo, como Funes (2000) em seu escrito destaca, o que era mediado nesse processo era unicamente a situação em que os estados se encontravam. Cabe salientar que as articulações dos movimentos abolicionistas, assim como em todos os estados do país, tinham contradições e acabavam por renegar o papel do negro nesse espaço, não dando a voz ao negro e muito menos dando humanidade a esse ao longo de todo o processo (Funes, 2000, p. 39).

O ideal que era propagado, tanto nos discursos do jornal “O libertador”, quanto nos processos e estratégias dos movimentos, era a relação do país em sair dos moldes “arcaicos”, e inserir—se numa lógica moderna, racional, civilizatória e basicamente ocidental, em que desde o século XIX, a escravidão para essa base era vista como uma característica não civilizada, sendo que o negro nesse espaço era percebido como um ser “não civilizado”. Então, os movimentos abolicionistas estavam envolvidos a toda a essa estruturação complexa que geria o mundo e que no Ceará não foi diferente, por meio dos intelectuais e do movimento político da época, que bebia da fonte ocidental de conhecimento. Frente a todos esses conflitos, Martins (2011) apresenta outras considerações quando diz:

Diante o exposto, penso ser seguro afirmar que apesar das circunstâncias excepcionais historicamente construídas na segunda metade do oitocentos, principalmente depois da seca de 1877-1879, o processo de abolição no Ceará comportou muitos conflitos de certo modo semelhantes aos de outras províncias do Império. Não teria sido uma humanidade inata do cearense a força motriz que impulsionou a extinção da escravatura. Todavia, o sucesso do empreendimento foi tão vigoroso que a exceção de Milagres — talvez nem tão exceção assim — ficou relegada ao esquecimento ante a construção de uma memória laudatória da — terra livre. O pós-abolição no Ceará é marca disso. (MARTINS, 2011, p. 11).

É notável é que os movimentos abolicionistas no Ceará passaram a cada vez mais a pressionar uma mudança no sistema e no fim do trabalho escravo, tomando como pressuposto uma mudança dentro do plano econômico, deixando de lado a relação do negro e de sua inserção e amparo após esse processo de escravização. É interessante destacar nesse espaço é que as articulações dos movimentos abolicionistas no Ceará que ganha força nos últimos anos de 1870 até ao ápice em 1884, e prossegue até 1888, traz em suas intenções mais um viés destinado a uma elite preocupada em mudar a situação do estado, do que a própria relação do negro, enquanto humano e desamparado ao longo de toda a escravização, sendo que conforme as finalidades abolicionistas, Marques (2008) salienta:

...lembrando a tendência dos abolicionistas em promoverem a associação de idéias como liberdade (para os escravos), progresso, civismo e republicanismo, muitas vezes visando atacar políticos adversários ou/e mesmo combater a forma de governo monárquica. Ao que parece, para os abolicionistas em geral, a “libertação” era importante, mas nem tanto os “libertados”. Nesse contexto, promoveram a *ausência* do negro nas campanhas pela abolição criando a representação de um escravo passivo e carente de lideranças. (MARQUES, 2008, p. 26)

Mediante a todo o processo complexo e político em que as articulações dos movimentos abolicionista tomaram, a data de 1883, começa a apresenta um novo rumo, sendo caracterizada a primeira cidade a libertar seus escravos, Acarape, hoje Redenção, e posterior a essa, uma serie de cidades a tomarem o mesmo rumo, expressando em meio a todos esses processos, construções políticas e conflitos que partiam mais para a relação econômica do estado e a questão do bem estar da elite cearense, do que mesmo os escravizados nesse espaço. Para os movimentos abolicionistas, a data de 25 de março de 1884 expressa uma fase nova para o desenrolar do que seria um novo estágio do Estado do Ceará, na medida em que, nesta data o presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias, declarou a libertação de todos os escravos do Ceará, caracterizando esse momento como uma transição de finalidades e rodeado de conflitos e de novas questões que põe o negro em solo brasileiro em um novo dilema, a inserção dentro de uma nova lógica Cearense, que antes usufruia de sua mão de obra escrava, e a partir desta data, passa a criar

mecanismos, ideológicos e políticos que o pretendem excluir (FUNES, 2000), e o eliminar dentro do cenário que passa a ser construído após a libertação em 1884 no estado do Ceará.

Conforme Funes (2000) salienta, no Ceará, após a abolição em 1884, o negro passou a vivenciar uma série de tramas e de situações que o colocavam junto a mesma condição de escravizado, contudo dentro do discurso de homem livre. Percebe-se que assim como o discurso propagado pelos abolicionistas, e a ação de séculos gerada pelos senhores e a elite Cearense, o que menos importava era a condição do negro, enquanto agente que precisava de suporte. Conforme Fausto (1995) ressalta, após a abolição, o Brasil passa a começar a articular novas demandas e novas formas jurídicas e estatais que passam a colocar o negro como intruso no processo de urbanização e desenvolvimento do país. Costa na mesma reflexão considera que:

Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar sua transição de escravo para o cidadão... A maioria estava preocupada em libertar o branco do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania.” (COSTA, 2008, p. 137).

Após o ano de 1888, seja com a abertura de novas políticas e formas de governo, e a estruturação e ideal de desenvolvimento e urbanismo levado às cidades de todo o país e o convencimento dos coronéis em investir em um novo fluxo de trabalho assalariado e dentro do regime ocidental, com a abertura da imigração europeia, e com o discurso de branqueamento da população (IANNI, 2004), o que se percebe é que de fato o negro passou a ser percebido como entrave que se colocava no sentido de ser excluído em todo o processo social e cultural que passaria o país. Entende-se que a mudança do trabalho livre e a transformação para o negro constituiu-se de uma *“Abolição sem proteção, sem mecanismos de inclusão, sem a presença de políticas direcionadas à mão-de-obra recém-libertada.”* (THEODORO, 2008, p. 80). Nessas condições, conforme destaca Ianni: *“Cria-se uma sociedade amplamente baseada no regime de trabalho livre, estruturada em classes sociais, ainda permeada das distinções de castas herdadas dos séculos de escravismo.”* (IANNI, 2004, p.157).

No estado do Ceará, conforme apresenta Funes (2000) em todo seu estudo, o negro no estado passou a ser demasiadamente impedido de compor parte do reconhecimento e de sua atuação frente a construção do novo regime de governo e de novas formas igualitárias de humanidade entre as diversas culturas que compõe o estado, com envolto

do discursos de que no Estado do Ceará não predomina população negra, e que existem pouco da contribuição negra, isso tudo ainda perpassado nos dias atuais, contrasta muito do que os discursos após abolição no Ceará intencionalizavam. Martins propõe refletir sobre estes aspectos quando expõe:

Diferentemente do conhecimento histórico sobre a escravidão e no Ceará notadamente sobre a abolição, o momento subsequente permanece envolto em interrogações. No pós-abolição o ex-escravo negro some da história do Ceará. Para onde foram? O que fizeram da liberdade? Como atuaram politicamente no novo regime? Poucas são as respostas. Uma delas aponta a constituição de comunidades rurais negras no interior do estado como Conceição dos Caetanos e Água Preta, município de Tururu; Goiabeiras e Lagoa do Ramo, município de Aquiraz; Bastiões, município de Iracema; Comunidade dos Souza, Porteiras; Timbaúbal, município de Coreaú; Torrões, município de Tamboril, etc. (RATTS, 2009); outra resposta, que explica em parte a dificuldade de pensar a questão, está na legitimação da exclusão do negro do Ceará, no período republicano. (MARTINS, 2011, p. 11).

Ainda dentro das articulações frente a cultura negra, depois do fim do trabalho escravo no estado, o negro no estado passa a ser visto “... *Como indivíduo capaz de ações próprias ainda inexistente para a elite cearense que, constrói imagens pejorativas do negro ou de suas práticas culturais e as utiliza para atacar ironicamente adversários políticos em contendas que aparecem fartamente nos periódicos da época.*” (MARQUES, 2008, p. 39). A partir dessas reflexões, como estudo inicial do período do fim da escravização no estado do Ceará e a condição do negro dentro do processo de liberdade na lógica em que o Brasil passou a vigorar a partir de 1888, é importante destacar que dado o início do movimento de abolição sendo realizado em Acarape, no ano de 1884, sendo este local chamado em alusão a libertação de seus escravos chamado Redenção, a cidade e o Estado do Ceará passa a inserir-se dentro da lógica do que seria um movimento para colocar a valorização e contribuição negra no país como algo inexistente. Seja na perspectiva de colocar o negro como passivo ao longo de todo o processo de discurso abolicionista, até o processo de pós abolição em que de variadas maneiras o estado passa a propagar discursos da inexistência da população negra (FUNES, 2000), no estado e da própria relação do contributo da comunidade no que concerne a cultura cearense, a ideia de Redenção é colocada como mais um mito que o negro passa a ser incorporado e rendido a invisibilidade frente ao mundo do branco, como afirma Florestan Fernandes (2007), a estar cada vez mais reivindicando sua posição, que coloca a divisão perene entre as duas raças, que aqui passa a exercer papel político dentro de uma perspectiva social e histórica.

7. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa se utilizara da metodologia de pesquisa de coleta de dados, que será qualitativa e quantitativa, quando “o pesquisador coleta concomitantemente os dados quantitativos e os qualitativos e depois comparam os dois bancos de dados para determinar se há convergência diferenças ou alguma combinação” (CRESWELL, J.W 2010, p. 251).

A outra técnica de coleta de dados a ser utilizada são os questionários, técnica definida por MARCONI e LAKATOS (2010, p. 184): “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem presença do entrevistador”.

GIL (2010) também argumenta sobre a técnica:

“Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, A. C, 2010, p. 121)

Os questionários serão aplicados a 10 estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, que residam na cidade de Acarape, dos diferentes cursos da instituição de ensino, numa porcentagem de 50% homens e 50% mulheres, todos jovens com idade entre 15-29 anos, tomando como base a classificação etária de jovens definida pelos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹.

O local de realização da pesquisa será dentro da própria universidade, nas áreas de socialização dos estudantes, e em sala específica que será solicitada pelo orientador deste estudo, Professor Dr. Lourenço Cardoso, a partir de solicitação à PROPLAN, setor responsável da instituição.

A aplicação dos questionários, a fim de fazer um levantamento de dados de informação, será composta por perguntas abertas com o intuito de proporcionar ao entrevistado a liberdade de responder as perguntas, não sugerindo qualquer tipo de

¹ Site IBGE <https://www.ibge.gov.br/> consultado em 10 de dezembro de 2017.

resposta ou induzir suas opiniões e por proporcionar comentários e explicações, segundo as definições de Mattar (1994).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do negro no pós-abolição em solo Cearense, norteia a compreender que no período que consta a República no Brasil e as novas formas de compreender o país moderno, de ideais de desenvolvimento e de aproximação com o Ocidente, é a total exclusão e menosprezo na historiografia do negro, quando esse foi o mais ativo no levante da economia, com sua força de trabalho e com a cultura que passou a compor a essência do Brasil plural, diverso cultural e étnico, o negro passa a ser colocado como agente quase que inexistente dentro do processo de construção do estado e das diversas marcas que caracterizaram a transformação do Estado do Ceará.

É importante considerar, conforme Funes (2000), Assunção (2009) e Ribeiro e Filha (2009), o negro teve sim grande contribuição para a história do Ceará antes da escravização, com o crescimento econômico do estado, e após a abolição com o processo de urbanização desempenhando novas frentes de trabalho e construções de espaços nas metrópoles e zonas periféricas Cearenses e na própria construção cultural que o estado passou a desempenhar. De Maneira que seja na economia, nas comunidades negras, junto com o grande numero de quilombos presentes no Estado e com o arcabouço artístico e histórico do negro, o Ceará é percebido como grande agente de desenvolvimento e de simbolismo para este.

As principais linhas de resistências criadas pelos negros e dos vários registros que constatarem esse processo no Ceará, justificam que o negro ao longo do processo de escravização passa a ser ativo e criou diversos elementos que constatarem sua forma de ressignificar a cultura e vida africana e afro-brasileira no Estado. A partir das fugas, das revoltas e até mesmo das negociações com os senhores, percebe-se que os escravizados estiveram buscando mediar linhas de fuga frente ao sistema colonial.

Percebe-se a partir da própria frente dos movimentos que preconizavam o fim do trabalho escravo entre os anos de 1870 a 1884, o que era discursado era a relação do Estado em mediar um novo molde de regime, de estruturas baseados no sistema Ocidental, e nesse aspecto, uma questão que necessita ser destacada é que todas essas articulações era mediante o processo de pressões internacionais que intensificaram a

relação entre o Brasil mudar para o sistema republicano e para modificar os meios de produção, baseado no sistema de capital industrial e de desenvolvimento urbano. Nesse aspecto, a escravização é colocada como algo que necessitava ser superado para o Brasil obter outros arranjos.

O grande feito de liberdade que a cidade de Redenção carrega em seus arquivos históricos não aparece nos discursos da população de uma cidade que foi a primeira a abolir a escravidão agora está isenta de negros. A atual diáspora que chegou junto com a UNILAB eclode as divisões raciais erguidas na cidade, desmistificando o Ceará caboclo que fora construído historicamente com a presença de apenas dois elementos, o branco e o índio. Nesse contexto, surgiu à importância da discussão de temas raciais, pois o debate é a forma de acabar com o silêncio e invisibilidade que aprofunda mais o problema racial brasileiro.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BARROSO, Maria Alice (Org.). **Para uma história do negro no Brasil**. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**/Emília da Costa. - 8ªed. Ver. E ampl. -São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Arned, 2010.

FARIAS Airton. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997. Jornal <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Florestan. 1920-1995. **O Negro no Mundo dos Brancos.** / Florestan Fernandes; Apresentação de Lilian Moritz Schwarcz- 2º Ed. São Paulo: Global, 2007.

FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de. (Org.) **UMA NOVA HISTÓRIA DO CEARÁ.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GIRÃO, Raimundo, **Abolição no Ceará,** 3º Ed. melhorada, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 71.

GRAHAM, Richard. **Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial De Escravos No Brasil.** Afro-Ásia, 27, 2002.

IANNI, Octavio. “Multiculturalismo e Multiétnicidade na Formação do Brasil” In: **Pensamento Social no Brasil.**/ Octavio Ianni. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5º. Ed. Campinas: Unicamp, 2003.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900).** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza– CE. Disponível em:<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp125423.pdf>> Acesso em: 13. Jan. 2017

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A Dinâmica Da Escravidão No Brasil.** I Encontro entre Historiadores Colombianos e Brasileiros, Ibraco, Bogotá, Colômbia, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Abolição e Pós-Abolição no Ceará: Sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882866_ARQUIVO_ArtigoSN_H2011-PauloHenriquedeSouzaMartins.pdf. Acesso em: 12. Dez. 2016.

MATTAR, F. N. (1994) Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2v., v.2.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Clóvis Moura. Assessora de Pesquisa. Soraya Silva Moura. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. 3º ed., Editora Ática.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Izaura Lila Lima. FILHA, Maria de Lourdes Macena. **Ser Negro no Ceará – Um Olhar Sobre as Comunidades Quilombolas para o Digital Mundo Miraira**. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica. Belém, Pará, 2009.

SILVA, Pedro Alberto de. **A escravidão no Ceará: O trabalho escravo e a abolição**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1987.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. **Aprender, ensinar e relações étnicorraciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez, 2007.

THEODORO, Mário Lisbôa. **Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. Inclusão Social**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007/mar. 2008.

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html> Acesso em: 07. Jan. 2017.

UNILAB: <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/> Acesso em: 08. Set. 2017.